

## A desigualdade brasileira em meio à constelação do Neocolonialismo e “Desenvolvimento como discurso”

João Pedro Fontes Zagni<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo procura fazer uso de parte da literatura de desenvolvimento e neocolonialismo, inseridos no contexto da modernidade, com a finalidade de questionar a replicação brasileira de padrões e políticas públicas de países do hemisfério norte. Para tanto, será também objeto de análise interpretações relacionadas às desigualdades brasileiras. A conclusão principal desenhada por este artigo é de que a replicação de políticas públicas de países fora da periferia global não faz nada senão aumentar desigualdades no Brasil, não ajudando a lutar contra as desigualdades no país, e parece ajudar a perpetuar um sistema de dominação do sul pelo norte. Portanto, este artigo argumenta que para que o Brasil lute eficientemente contra desigualdades e controle seus problemas sociais, é imperativo que se pense e sejam criadas políticas públicas sem levar em consideração modelos estrangeiros, pois a periferia global possui diferentes realidades e necessidades.

**Palavras-chave:** Neocolonialismo – Desigualdade – Políticas públicas – Desenvolvimento – Modernidade

### Abstract

This article seeks to make use of some part of the development and neocolonialism literature, under the modernity context, in order to question the replication in Brazil of patterns and public policies from countries in the Northern Hemisphere. For such, it will also be analyzed some interpretations regarding Brazilian inequality. The main conclusion drawn by this article is that the replication of public policies from countries outside the global periphery do nothing but to enhance inequalities in Brazil, not helping achieving equality in the country, and seems to help perpetuate a system of domination of the south by the north. Therefore, this article argues that for Brazil to effectively fight inequalities and control its social problems, it is imperative to think and create policies without taking into account foreign models, for the world periphery has different social realities and necessities.

**Key words:** Neocolonialism – Inequality – Public policies – Development – Modernity

<sup>1</sup> Discente do décimo período da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas – FGV DIREITO RIO.

## Introdução

A busca pelo desenvolvimento e modernização é temática recorrente no Brasil. Nesta temática, muitos brasileiros aceitam o viés do desenvolvimento como sendo algo a ser feito por uma visão economicista, seguindo padrões de países vistos como desenvolvidos. Neste sentido, muitos costumam ver a solução para os problemas brasileiros como sendo solucionáveis unicamente pela ótima simplista do progresso econômico.

Aqui será feita uma breve leitura acadêmica do que se escreve acerca dos fenômenos da modernidade, desenvolvimento e neocolonialismo para procurar realizar uma breve reflexão acerca do papel que estes ocupam na luta contra a desigualdade social brasileira. Será dada especial importância aos modelos de modernização e desenvolvimento que são não poucas vezes oferecidos e muitas vezes até impostos a países periféricos e países fora do contexto ocidental como sendo certos e adequados. Isso se remete aos tempos da apresentação da Doutrina Truman, que pode ser visto como sendo um discurso etnocêntrico (ESCOBAR, 1995, p. 4). Como Escobar (1995) pontua, o “mundo prometido” pelos teóricos políticos do desenvolvimento dos anos 1950 mostraram, na realidade prática, o oposto do que fora teorizado, onde percebeu-se grande empobrecimento, opressão e exploração em países que adotaram modelos de desenvolvimento ‘importados’ (Idem).

A promessa de um “futuro brilhante” pela modernização, que deveria ser dada pelo crescimento econômico e a inovação tecnológica que fora dada aos países periféricos não se mostrou verdadeira, e o que se percebeu em muito foi que a desigualdade aumentou em decorrência da instituição de políticas neoliberais (BURITY, 2009, p. 161). O processo intitulado como modernização, caracterizado pela ascensão do ocidente em termos de individualismo, livre mercado e racionalidade se dialoga diretamente com o conceito de pós-colonialismo, que enfatiza a pilhagem colonial, uma estrutura complexa de subdesenvolvimento e controle político externo para explicar o declínio dos países que não compõem o conjunto que se determina como ocidente (KRISHNA, 2009, p. 31).

Assim, é interessante para o trabalho o diálogo do desenvolvimento nos moldes de Escobar (1995), que analisa o desenvolvimento como discurso histórico, pois ele permite analisar essa temática tendo como foco o fenômeno da dominação (p. 6). A modernização e o desenvolvimento, sob esta ótica, são vistos como instrumentos para a manutenção de uma ordem hegemônica colonial.

Isso não é, todavia, uma inevitabilidade. A resistência contra essa ordem colonial pode ser vista como possível. O período histórico posterior à revolução chinesa, como vista,

pode ser denominada “era da descolonização”, onde muitos países da Ásia e África libertaram-se do domínio colonial. Essa libertação da ordem hegemônica colonial pode ser um processo truncado e violento, como podemos ver ao nos depararmos com os exemplos dados pelas guerras do Vietnã, Argélia, Angola, Moçambique, Palestina, bem como a guerra civil Sul-africana e Rodésia (hoje conhecida como Zimbábue), e isso se explica porque os poderes coloniais oferecem resistência a esse processo de descolonização (KRISHNA, 2009, p. 32).

Esta breve análise chega à conclusão de que a reprodução de modelos importados, sem levar em conta singularidades brasileiras não só não ajudam na luta contra às desigualdades do país, como também as aumenta. É entendido que essa obsessão em reproduzir modelos estrangeiros buscando a solução de mazelas sociais brasileiras nada mais é do que uma consequência de fenômenos contemporâneos, como o neocolonialismo.

Aqui, não se busca realizar uma revisão crítica acerca da bibliografia utilizada e tampouco confundir conceitos que, apesar de muitas vezes concorrentes, são distintos em sua natureza. O objetivo central na análise da literatura pertinente consiste em usá-la para entender fenômenos específicos e procurar desenhar uma visão crítica acerca da reprodução no Brasil de modelos estrangeiros que não se adequam à realidade brasileira, tendo como base entendimentos já previamente construídos acerca da temática do desenvolvimento, neocolonialismo e modernidade, conceitos distintos e inconfundíveis, cujas interseções são aqui exploradas. Mais ainda, é necessário pontuar que o presente trabalho não visa exaurir os temas e suas respectivas literaturas, tampouco tratar exaustivamente das discussões acerca de projetos de políticas públicas viáveis para a redução das desigualdades brasileiras – mas sim pontuar e reiterar a fundamentação básica que deve ser tomada em consideração por aqueles que desejam refletir, discutir e propor medidas eficientes para que se combata a desigualdade brasileira.

### **Retórica do “desenvolvimento” como tentáculo da dominação neocolonialista**

Um dos problemas-chave relativos à retórica desenvolvimentista vem da percepção de que as partes intituladas como subdesenvolvidas, ou como “terceiro mundo” são intituladas como tal tendo como padrão uma concepção ocidental, unilateral e arbitrária. Neste mesmo sentido, o “terceiro mundo” como visto por essa ótica, acaba se tornando uma cópia dos padrões ocidentais (ESCOBAR, 1995, p. 7). Assim, essa perspectiva faz levar à conclusão de que o desenvolvimento é uma retórica impositiva e unilateral. A ideia de desenvolvimento,

como vista, significa de fato uma ideia eurocentrista caracterizada pela imposição de ideias de livre-mercado (KRISHNA, 2009, p. 37).

Neste padrão, o “desenvolvimento” vendido por países do norte aos países do sul usando concepções arbitrárias e unilaterais é nada mais do que um discurso político. O desenvolvimento, ao ser analisado como discurso, permite à assunção implícita de que os padrões ocidentais são, portanto, referência, e isso perpetua a ideia hegemônica da superioridade ocidental (ESCOBAR, 1995, p. 8).

A ideia hegemônica de superioridade ocidental, como o autor já coloca, vai bem mais além da própria ótica desenvolvimentista, materializando-se em diversas camadas da vida – Escobar cita, por exemplo, a visão paternalista de superioridade do mundo desenvolvido perante o “terceiro mundo”. Nesse contexto, podemos falar também de fenômenos como o colonialismo. Escobar chega a tal conclusão, avaliando que o discurso do desenvolvimento é governado pelos mesmos princípios que regem o discurso colonial, e que ambos servem como aparato de dominação e controle do terceiro mundo pelo primeiro mundo (ESCOBAR, 1995, p. 9). Assim, a ideia de colonialidade, como vista nos dias de hoje, se dialoga diretamente com a ideia de desenvolvimento como discurso, nos padrões impostos pelo norte ocidental ao sul global.

A modernidade vem com o encontro com o novo mundo na época colonial. Sob esta ótica, o sistema moderno é ao mesmo tempo colonial. O sistema e a operação deste possui a mesma ótica e o mesmo modo dos tempos coloniais, daí colonialismo. Nesta toada, o colonialismo não é externo à modernidade, mas sim constitutivo da modernidade e isso se materializa quando percebemos que há relações de exploração entre centro e periferia (QUIJANO, 2000). E no contexto aqui trabalhado, o desenvolvimento é apenas um dos tentáculos desse fenômeno hoje concebido como neocolonialismo, que mantém relações de exploração.

O desenvolvimento, como imposto pelos países de primeiro mundo, possui hoje como um dos instrumentos de imposição dessa ordem instituições como o Banco Mundial e o FMI, onde a lógica mercadológica do livre comércio são impostas por essas instituições globais de poder, seguindo a agenda de interesses das nações que dominam tais instituições (KRISHNA, 2009, p. 47-49). Assim, por via dessas instituições, atores internacionais e estrangeiros intervêm em políticas nacionais dos países de terceiros mundo para fazer valer os interesses da ordem hegemônica capitalista (p. 50).

## Desigualdade brasileira em perspectiva

A retórica do desenvolvimento é em muito usada para advogar em torno da luta pela diminuição das desigualdades brasileiras, mas, para de fato avaliar a aplicabilidade de tais políticas, é necessária uma compreensão da desigualdade brasileira em suas especificidades. Para apropriadamente endereçar a desigualdade brasileira, é necessário entender a influência do racionalismo ocidental na sociedade brasileira, em um contexto de modernidade periférica (SOUZA, 2004, p 80). Essa influência do racionalismo ocidental afeta as relações sociais no Brasil e, como toda análise séria da desigualdade brasileira, é impossível fugir de questões atinentes à desigualdade movida gerada por fatores raciais. É certo que o entendimento de Jessé Souza acerca dessa problemática não acredita no critério “raça” como fator de discriminação, uma vez que para ele, analisar do preconceito brasileiro com base no fator “raça” significa uma análise de conteúdo economicista, caracterizada por um “fetichismo econômico” onde a chave para o combate ao preconceito seria o desenvolvimento, sendo o “preconceito” um fator que não explica a causa real da marginalização do negro (2003, p. 53-58).

Para ele, entender que a realidade do negro no Brasil advém de uma “continuação inerte” do passado é uma leitura que se baseia na máxima do desenvolvimento econômico como solução para o problema, ignorando a definição moderna do negro na sociedade, qual seja, o negro visto como um subcidadão incapaz de realizar alguma atividade relevante e produtiva – sendo assim um (sub) cidadão à margem (SOUZA, 2003, p. 58).

Jessé Souza faz uma leitura de Pierre Bourdieu em conjunção a Charles Taylor, uma vez que a ideia de *habitus* de Bourdieu ganha um sentido além da sociedade francesa quando combinado com a perspectiva de Taylor, considerando também que ambos entendem pela existência de uma configuração na sociedade que se forma por ilusões do sentido imediato e cotidiano (SOUZA, 2003, p. 53, 61). Assim, o autor articula o conceito de *habitus*, um conceito não existencialista e quase estrutural. Nesse sentido, o *habitus* precário, pode ou não ser equivalente à cor de pele, mas é digno de nota que o *habitus precário* é majoritariamente habitado por pessoas da cor negra.

Jessé Souza (2003) interpreta a condição social de marginalização do negro como a reprodução de um *habitus* específico,

a apropriação de **esquemas cognitivos e avaliativos transmitidos e incorporados de modo pré-reflexivo e automático** no ambiente familiar desde a mais tenra idade, permitindo a constituição de redes sociais, também pré-reflexivas, que cimentam solidariedade e identificação, por um lado, e antipatia e preconceito, por outros – o lugar fundamental na explicação da marginalidade do negro. (p. 56)

Para Souza, esse *habitus* específico, chamado por ele de *habitus* precário é a causa principal que explica a inadaptação do negro na sociedade brasileira, bem como sua marginalização (p. 53). Assim, a condição social do negro na sociedade pós-escravatura marca-se pelo negro tendo sido deixado de lado e fora do ambiente de socialização. Essa análise parte de uma visão crítica à obra de Florestan Fernandes, sob a ótica bourdieusiana, complementada pela ótica tayloriana. Aqui, sua marginalidade pode ser interpretada como uma condição que vai além da característica de cor, sua marginalidade seria vista como advinda de fatores e pré-condições sociais independentes da cor, sendo “um preconceito que se refere a certo tipo de “personalidade”, julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo” (SOUZA, 2003, p. 53).

Souza explica que Bourdieu entende *habitus* como sendo um *habitus* de classe, onde haveria um aprendizado não intencional de disposições e modos de percepção, classificação e avaliação, de maneira pré-reflexiva, os signos opacos da cultura legítima, e onde o gosto funcionaria como uma distinção social, que separa e une as pessoas, criando divisões de grupo que são opacas no sentido de não serem perceptíveis – gostos por tudo na vida, conforme Bourdieu, são reflexos de interesses de classe e frações de classe, e tais, refletem a percepção do indivíduo (SOUZA, 2004, p. 85). Esse *habitus* de classe gera simpatia e preconceito, uma vez que o *habitus* de classe seria uma ligação de solidariedade entre indivíduos que compartilham o mesmo gosto, ao mesmo passo que as separa de outras por preconceito, gerando assim ações sociais inconscientes e cifradas (SOUZA, 2004, p. 85-86). Souza divide o conceito de *habitus* de Bourdieu em *habitus* primário, *habitus* precário e *habitus* secundário para conferir um caráter histórico, fugindo da análise inicial de Bourdieu, que se aplica a situações de específicas de classes na França (SOUZA, 2003, p. 62).

Souza confere uma perspectiva ao *habitus* primário, analisando-o à luz do conceito de “ideologia do desempenho”, de Reinhardt Kreckel, baseada na tríade meritocrática “qualificação-salário-posição”, sendo uma ideologia uma vez que estimula e premia o desempenho ao mesmo passo que dá ao indivíduo a possibilidade de acesso diferenciado e permanente às chances de vida e apropriação de bens escassos, onde o cidadão completo é aquele que completa as três características da tríade (p. 65). A ideologia do desempenho é importante para a análise porque ela determina ao excluídos, que não conseguem atender os pressupostos mínimos para competição, seu reconhecimento social e ausência de auto estima, sendo a ideologia do desempenho uma legitimação subpolítica presente no cotidiano, que

reflete a eficácia de princípios funcionais presentes nas instituições “mercado” e “estado” (p. 66). Souza conclui:

Assim, se o *habitus* primário implica um conjunto de predisposições psicossociais refletindo, na esfera da personalidade, a presença da economia emocional e das pré-condições cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas (variáveis no tempo e no espaço) no papel de produtor, com reflexos diretos no papel do cidadão, sob condições capitalistas modernas, a ausência dessas pré-condições, em alguma medida significativa, implica na constituição de um *habitus* marcado pela precariedade (SOUZA, 2003, p. 66)

Assim, podemos entender o *habitus* precário como referindo-se a setores da sociedade brasileira denominados a “ralé brasileira”, onde há a formação de um segmento de inadaptados (p. 67). Esse fenômeno é um fenômeno marginal em sociedades centrais, como a alemã, mas é um fenômeno de massas em sociedades periféricas, como a sociedade brasileira, e esse fenômeno resulta da ampliação da definição do *habitus* primário (p. 67).

O Brasil é marcado por momentos onde a vontade de desenvolvimento e evolução econômica motiva uma política migratória (que representou uma hierarquização racial, pondo o negro à margem no que tange à sua importância no desenvolvimento do país), nada se fazendo em termos de políticas de proteção à população afrodescendente ao mesmo passo em que o mercado de trabalho caracterizou-se pela predominância branca (DA COSTA SILVA, 2013, p. 242-243). Essa disparidade entre o *habitus* primário e o *habitus* precário se dá justamente, no Brasil, com a re-europeização do país no Século XIX, intensificada nos anos 1930 com a modernização, traçando assim uma linha divisória entre os setores “europeizados”, que se adaptaram as novas demandas produtivas e sociais, e os setores “não europeizados”, que foram abandonados e marginalizados (SOUZA, 2003, p. 67). Acerca deste tema, cabe citar a conclusão de Beato (2004) que confirma esta retórica, onde após analisar os dados do IPEA (2001), conclui que a violação ao Direito de trabalho com dignidade do negro tem raízes históricas, onde o negro é hoje submetido a mecanismos de exclusão e marginalização social; sendo assim o Brasil um país de extrema injustiça, ainda que relativamente rico (2004, p. 777). Sobre a percepção de “europeização” e o legado histórico de exclusão dessa classe não europeizada no contexto brasileiro:

*Meanwhile, associated with the image of inferior, non-European races by the creator of the republican order, blacks and the poor in general were abandoned to themselves, deemed less human than integrated citizens, irrespective of any deliberate feeling of rejection the later might personally entertain against any of the wretched ones – which is how the contours of an impersonal order emerged! So, the generalization of the non-recognition of the poor – particularly the blacks – as full human beings and full citizens is a distinctive mark of Brazilian specificity in relation to so-called advanced societies.”*(BURITY, 2009, p. 173)



O que Souza chama de *habitus* secundário se relaciona a ideia de sutis distinções, de Bourdieu, onde o gosto seria uma moeda de troca invisível (esse capital é tanto econômico quanto cultural), onde para o autor, esse *habitus* secundário pode ser entendido a partir da noção de Taylor de expressividade e autenticidade (2003, p. 68). O gosto faz parte da luta para a determinação da personalidade distinta e, como a classe trabalhadora não participa da luta para determinar qual a personalidade distinta, acaba por se tornar um “negativo da ideia de personalidade”, uma não-pessoa (p. 69).

Souza faz uma comparação das sociedades francesa e brasileira para ilustrar a importância dessa diferenciação para o tema “sociedades periféricas”. Para Souza, para que haja um *habitus* primário, é necessário que haja um consenso transclassista que se representa pela generalização das pré-condições sociais que possibilitam o compartilhamento do que ele chama de *habitus* primário,

[...] que faz com que, por exemplo, um alemão ou francês de classe média que atropela um seu compatriota das classes baixas seja, com altíssima probabilidade, efetivamente punido de acordo com a lei. Se um brasileiro de classe média atropela um brasileiro pobre da “ralé”, por sua vez, as chances de que a lei seja efetivamente aplicada nesse caso é, ao contrário, baixíssima (SOUZA, 2003, p. 70)

Isso se dá porque, em países periféricos, há uma classe excluída e desqualificada, que não participa do contexto valorativo de fundo<sup>2</sup>, que é condição para o compartilhamento da ideia de igualdade (p. 70). Então, a ideia de *habitus* primário é a ideia de “esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, ainda que opacos e quase sempre irrefletidos e inconscientes que guiam nossa ação e nosso comportamento efetivos no mundo. É apenas esse tipo de consenso, como que corporal, pré-reflexivo e naturalizado, que pode permitir, para além da eficácia jurídica, uma espécie de acordo implícito que sugere como no exemplo do atropelamento no Brasil, que algumas pessoas e classes estão acima da lei e outras abaixo dela”.

Nesse sentido, é entendido que há um acordo implícito entre os agentes da sociedade (jornalistas, juízes, policiais) com vias a inocentar o atropelador, e esse acordo implícito se dá pela percepção de que o indivíduo atropelado que é membro da classe marginalizada, é visto como uma pessoa sem valor pelas instituições e práticas sociais (p. 71). Sobre isso, Souza explica com mais clareza:

Não se trata de intencionalidade aqui. Nenhum brasileiro europeizado de classe média confessaria, em sua consciência, que considera seus compatriotas das classes

<sup>2</sup> Aqui, ele faz alusão a ideia de “dignidade” do agente racional, de Taylor.



baixas não-europeizadas “subgente”. Grande parte dessas pessoas votam em partidos de esquerda e participam de campanhas contra a fome e coisas do gênero. A dimensão aqui é objetiva, subliminar, implícita e intransparente. Ela é implícita também no sentido de que não precisa ser linguisticamente mediada ou simbolicamente articulada. Ela implica, como a ideia de *habitus* em Bourdieu, toda uma visão de mundo e uma hierarquia moral que se segmenta e mostra como signo social de forma imperceptível, a partir de signos sociais aparentemente sem importância, como a inclinação respeitosa e inconsciente do inferior social quando encontra um superior, pela tonalidade da voz mais do que é dito etc. o que existe aqui são acordos e consenso sociais mudos e subliminares, mas por isso mesmo tanto mais eficazes, que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedade e preconceitos profundos e invisíveis. É esse tipo de acordo, para usar o exemplo do atropelamento acima, que está por trás do fato de que todos os envolvidos no processo policial e judicial na morte por atropelamento do subhomem não europeizado, sem qualquer acordo consciente e até contrariando expectativas explícitas de muitas dessas pessoas, terminem por inocentar seu compatriota de classe média.” (SOUZA, 2003, p. 71)

Souza, em sua leitura de Bourdieu, afirma que a análise bourdieusiana falha em perceber que sua análise possui um elemento transclassista, onde, por exemplo, na sociedade francesa, existiria um acordo implícito que puniria efetivamente o caso do atropelamento, já que, na dimensão subpolítica e subliminar, o francês de classe baixa seria “gente” e “cidadão pleno” “e não apenas força física e muscular ou mera tração animal” – assim, independentemente de classe, o ser humano seria um cidadão (p. 71). Para ilustrar melhor o ponto expresso por Souza, este mostra que em “sociedades avançadas”, é efetiva a disseminação da noção da dignidade do agente racional, que o torna um agente produtivo e cidadão pleno e que, nessas sociedades, o fenômeno do *habitus* precário é um fenômeno marginal, enquanto em sociedades periféricas, o *habitus* precário é um fenômeno de massa, caracterizado pela existência de uma rede invisível e objetiva desqualificadora de grupos sociais tanto para os privilegiados quanto para as vítimas dessa precariedade – esse fenômeno de massa é o que produz uma “ralé estrutural” nas sociedades da periferia (p. 72).

Assim, parece perceptível a ideia de uma hierarquização social, com o compartilhamento de uma estrutura psicossocial implícita, que afeta o acesso ao mercado e Estado (SOUZA, 2004, p. 83). A “europeidade” é, assim, usada como referência empírica para a verificação de uma hierarquia valorativa particular (p. 89). A assertiva de Souza (2003, 2004, 2005) pode ser reduzida à uma crítica feroz ao entendimento de que a desigualdade brasileira seria produto de uma herança paternalista, onde, para o autor, a desigualdade é um produto de um processo de modernização. Não seria o personalismo ou o patrimonialismo que explicariam melhor a condição da desigualdade social brasileira, mas sim a ordem capitalista moral, que gera a naturalização da desigualdade (BURITY, 2009, p. 172).

## Modernidade e desenvolvimento na realidade periférica do Brasil

A modernidade brasileira se constrói de maneira tal que articula modelos externos às matrizes morais da escravidão – o liberalismo brasileiro conviveu bem com a escravidão e o liberalismo no Brasil justificou essa relação de desigualdade, expressa especialmente no favor (BURITY, 2009; ORTIZ, 2000). O discurso do desenvolvimento materializa-se de maneira fácil pelo mundo e encontra grande respaldo e justificação em pesquisas empíricas mostrando a desigualdade de um país, suas pobreza e faltas em termos de produtividade (ESCOBAR, 1995). Assim, isso resulta no que Souza (2014) chama de fetichismo da economia, a falsa ideia de que todos os problemas relativos à marginalidade e exclusão social se sanam pela máxima do “crescimento econômico”. Portanto, é necessário entender que o remédio para as mazelas enfrentadas no ambiente social não advém de uma “fórmula predefinida para o sucesso”.

Para Souza, a desigualdade e a exclusão social são problemas decorrentes da importação “de fora para dentro” de modelos não realmente aplicáveis e eficientes à ótica brasileira (p. 80). Nesse sentido, a percepção da desigualdade brasileira é diferente da percepção da desigualdade na Alemanha. Isso se explica pelo fato de que, uma vez que o Brasil é um país periférico e, portanto, incluso na realidade periférica, isso implica consequências profundas nos motivos pelos quais a desigualdade existe.

Todavia, quando se fala de colonização, não podemos reduzi-la ao elemento material, a economia, uma vez que essa colonização também é um elemento cognitivo. É necessário pontuar que a colonialidade é internalizada pelo indivíduo – o indivíduo se auto-coloniza. Seria simplista reduzir a colonização à dimensão política e econômica, pois ela é uma colonização interna também (QUIJANO, 2000). Tal interpretação pode explicar o senso de inferioridade possuído por colonizados frente aos colonizadores.

As avaliações da obra de Escobar (1995) procuram ensinar que, ao analisar situações como esta, onde há dados estatísticos de desigualdade que legitimam o discurso do desenvolvimento, uma pessoa deve analisar tais dados em termos de suas consequências políticas, o meio no qual eles refletem a construção de subjetividades e a moldagem da cultura, bem como a construção de poder social (p. 213). Isso se dialoga com a ideia de Souza (2003, 2004, 2005). Para Souza (2005), trabalhos empíricos que mostram a sobre-representação dos negros nos índices sociais negativos, por exemplo, não “explica” como a concomitância entre a desigualdade e o preconceito se dá, e tampouco explica o lugar da variável “raça” na desigualdade (p. 43-44). Em outras palavras, esse tipo de análise de

desigualdade para obter conclusões acerca do racismo é uma confusão metodológica. Tal tipo de análise pede uma referência teórica mais ampla (p. 45).

A colonialização não se reduz apenas a reprodução da retórica do desenvolvimento. Ela também se manifesta, por exemplo, nas cadeiras das ciências humanas – fenômeno chamado colonialidade do conhecimento (MIGNOLO, 2006, p. 312-314). Mais explicitamente:

*The humanities, as a branch of knowledge in the history of the university since the European Renaissance, have always been complicitous with imperial-colonial designs celebrating a universal idea of the human model. The moment has arrived to put the humanities at the service of decolonial projects in their ethical, political and epistemic dimensions* (MIGNOLO, 2006, p. 314)

Isso pode ser visto quando, por exemplo, um Estado periférico falha em crescer com seguindo os moldes de desenvolvimento impostos pelo ocidente, ocorre um “*blame shifting*”. Ou seja, ao invés de realmente entender que a modernização não se encaixa às necessidades do Estado, é argumentado que o Estado não é adequadamente moderno, vitimando assim o Estado. Assim, os Estados-vítima da retórica desenvolvimentista são, por exemplo, culpados por serem corruptos, nepotistas, sem instituições, ou que não são meritocráticos – ao invés de ser compreendido e aceito que o molde ocidental de desenvolvimento não se aplica a esses Estados (p. 57).

## Conclusão

Antes de desenhar conclusões acerca da literatura estudada, é interessante traçar breves comentários ainda sobre a colonialidade. Tais observações são pertinentes no sentido de que elas oferecem perspectiva para as conclusões a serem traçadas.

É importante, portanto, dizer que a colonialidade é uma questão também cognitiva, não residindo unicamente na materialidade. A desigualdade é muitas vezes cognitiva, antes de ser material (ORTIZ, 2000). Assim, quando se pensa em um projeto descolonizador, é necessário pensar que o fenômeno da colonialidade encontra-se espalhado por todos os níveis da vida social. A retórica do desenvolvimento é vista, assim, como um regime de representação que pode ser ligado a produção de uma economia baseada no desejo, produção de diferenças e violência – essa violência que é introduzida pelo desenvolvimento verticalizado e a colonialização é uma fonte de identidade, uma vez que a violência se legitima pela representação (ESCOBAR, 1995, p. 213-215).

De acordo com Mignolo (2006), a descolonização do ser é uma tarefa que não será possível sem mudar o senso comum atual, onde a felicidade está relacionada com a acumulação, o bem-estar se interliga com o crescimento da produção, e competição e meritocracia são as destinações finais dos seres humanos para que estes atinjam sua satisfação pessoal (p.328).

*All these goals predicated in the rhetoric of modernity imply running over, exploiting, and killing others; that is, they imply the logic of coloniality without which the ideals of modernity couldn't be carried on (MIGNOLO, 2006, p. 328)*

Assim, como pensar em um projeto de avançar na luta da desigualdade do país brasileiro sem nos remetermos às retóricas desenvolvimentistas, coloniais, de caráter fetichista econômico, como Souza colocaria? É importante entender que para criar uma verdadeira política eficiente na luta contra a desigualdade, é necessário compreender que não há fórmula certa para alcançar esse fim desejado. A modernização deu certo em países centrais não pelo conteúdo da modernização, mas sim pelo contexto valorativo de fundo, bem como os contextos culturais dos países ocidentais.

Souza (2004) cita que um dos motivos como sendo a expansão do conceito de dignidade, que possibilita a eficiência e universalização da igualdade (*apud* Taylor, 1994) e que, para que haja o *habitus* primário, seria necessária essa universalização (p. 83-89).

A distinção fundamental entre esses dois tipos de sociedade parece-me localizar-se na ausência de uma generalização de um *habitus* primário, ou seja, do componente responsável pela universalização efetiva da categoria de produtor útil e de cidadão. Em todas as sociedades que lograram homogeneizar de maneira transclassista, este aspecto fundamental, tratou-se de um objetivo perseguido e estabelecido na forma de uma reforma política, moral e religiosa de grandes proporções, não deixada ao encargo do “processo econômico (SOUZA, 2004, p. 91)

A experiência global, notadamente no caso asiático, mostra casos desastrosos onde a importação não ponderada de modelos alienígenas de modernização, como impostos e vendidos como “soluções” por países de primeiro mundo e instituições como o FMI e Banco Mundial aos outros países, muitas vezes não ajuda na geração de prosperidade e batalha às crises, mas sim, acabava por prolongar as crises que os países passavam (KRISHNA, 2009, p. 46-53). A luta contra essa forma de dominação é possível e casos de sucesso, todavia. Isso pode ser visto na Coreia e Taiwan dos anos 1950, onde se vê um rigoroso planejamento do estado, reformas agrárias, investimentos sociais (KRISHNA, 2009, p. 40-41).

Nesse sentido, é interessante o argumento de Krishna (2009) de que não é a liberalização o fator fundamental para o crescimento de um Estado, mas o que é de fato crítico para o seu crescimento, é o momento em que há essa liberalização (p. 42). Além disso, os argumentos aqui expostos destacam a necessidade da criação de projetos criados por países

periféricos voltados para países periféricos. Assim, a criação de um fundo monetário administrado unicamente por países periféricos visando o financiamento de países periféricos, ou projetos de crescimento com filosofias não ocidentais são exemplos de iniciativas fundamentais para incentivar o rompimento desse modelo neocolonialista.

Parece ser claro que a reprodução das políticas baseadas em fetichismo econômico para tentar propiciar um ambiente social com menos desigualdade é algo fadado ao fracasso em sociedades periféricas. Mais ainda, podemos perceber que a reprodução desse pensamento e dessas políticas nada mais é do que a reprodução de um pensamento colonial – uma autocolonialidade –, onde o próprio legislador reproduz a lógica hegemônica, perpetuando uma relação de dominação. Essa dominação se dá justamente pela reprodução do modelo de modernidade imposto, que gera efeitos malévolos às sociedades periféricas, uma vez que o modelo não se enquadra na realidade periférica.

Assim, é urgente ao caso brasileiro a criação de políticas que não tenham como enfoque o crescimento econômico com vistas à redução de desigualdades, bem como é imprescindível o incentivo de uma produção acadêmica brasileira que se preste a não ter um enfoque colonial. Em nota final, é possível remetermo-nos a necessidade de criação de políticas públicas brasileiras com a finalidade de combater o *habitus* precário, mostrado por Souza (2004, p. 91), uma vez que a eliminação desse *habitus* fará ser socialmente eficaz a noção de cidadania.

Portanto, além de políticas econômicas moldadas unicamente para se adequarem às individualidades do Brasil, políticas de reinvestimento no território brasileiro de parcela de lucros obtidos por empresas estrangeiras no Brasil, acordos de assistência financeira capitaneados unicamente entre países do sul global; políticas que fomentam a inclusão, como políticas de ações afirmativas, sejam elas pautadas em critérios raciais ou socioeconômicos, no âmbito da educação e no mercado de trabalho, seja por meio de cotas ou incentivos tributários, são propostas que promovem o combate a desigualdade brasileira, e suas causas, como colocado por Souza (2003, 2004, 2005).

Decerto, as conclusões aqui tomadas reiteram o princípio essencial de que a desigualdade brasileira não deve ser combatida pela importação de modelos estrangeiros não aplicáveis à realidade periférica do país, uma vez que de nada ajudariam aos fins pretendidos. A análise deve levar em conta a cultura brasileira e a verdadeira adequação da política de redução de desigualdades. Sucumbir à retórica do desenvolvimento e a lógica do fetichismo da economia significa retroceder ainda mais na luta contra as desigualdades no Brasil.

## Referências bibliográficas

BANDEIRA BEATO, L. Inequality and Human Rights of African Descendants in Brazil. **Journal of Black Studies**, v. 34, n. 6, p. 766-786, Jul. 2004.

BURITY, J. A. Inequality, Culture and Globalization in Emerging Societies: Reflections on the Brazilian Case. In: PIETERSE, J. N.; REHBEIN, B. **Globalization and Emerging Societies: Development and Inequality**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009. Cap. 8, p. 161-181.

DA COSTA SILVA, R. M. A Constituição de 1988 e a Discriminação Racial e de Gênero no Mercado de Trabalho no Brasil. **International Law, Revista Colombiana de Derecho Internacional**, n. 23<sup>a</sup>, p. 235-266, 2013. ISSN: 1692-8156.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: the making and unmaking of the third world**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

KRISHNA, S. **Globalization and Postcolonialism: Hegemony and Resistance in the Twenty-First Century**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2009. 31-61 p.

MIGNOLO, W. D. "Citizenship, Knowledge, and the Limits of Humanity". **American Literary History**, v. 12, n. 2, p. 312-331, Summer 2006.

ORTIZ, R. From Incomplete Modernity to World Modernity. **Daedalus**, v. 129 Multiple Modernities, p.249-60, n. 1, p. 249-260, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo, y América Latina. Perspectivas Latinoamericanas. In: LANDER, E. ( . ). **La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 193-238.

SOUZA, J. (Não) Reconhecimento e Subcidadania, ou o que é "Ser Gente"?, **Lua Nova**, n. 59, p. 51-73, 2003.

SOUZA, J. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 80-96, Fevereiro 2004.

SOUZA, J. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. **Lua Nova**, São Paulo, v. 65, p. 43-69, 2005.